

## 1. Introdução

A mulher nunca esteve alheia ao trabalho. Nos estágios anteriores ao início do processo de industrialização, a mulher era bastante ativa. As atividades desempenhadas pelas mulheres variam muito de uma sociedade para outra, a ponto de não ser possível designar uma ou outra atividade como sendo exclusivamente feminina. Entre as principais características do processo de desenvolvimento de uma sociedade está o isolamento progressivo das atividades necessárias à produção de bens e serviços de outras atividades. Este fato é consequência da crescente introdução de mudanças tecnológicas que torna inevitável a separação no espaço e no tempo das atividades ligadas à produção social. A atividade identificada como trabalho, passa a se desenvolver cada vez mais em um lugar específico, em intervalos de tempo específicos e sob condições contratuais específicas. A crescente especialização técnica ao tornar necessária a separação entre casa e trabalho designou à mulher as atividades caseiras. Neste sentido, pode-se afirmar que a introdução da máquina vem reforçar o conceito de que à mulher cabe a função de administração do lar e socialização dos filhos.

É verdade que, ao tornar nítida a divisão entre casa e trabalho, alguém deveria encarregar-se das ocupações domésticas. Esta tarefa foi atribuída às mulheres. Mas é verdade também que certo número de mulheres que, por falta de emprego, não conseguem se integrar à produção social, acabam por se dedicar às tarefas domésticas, embora aí seu trabalho também seja dispensável. Trata-se, essencialmente, de mulheres solteiras, que não estudam nem trabalham. A sociedade, para justificar um excedente de oferta de força de trabalho em relação à procura, lança mão da tradição transformando uma atividade que é genericamente atribuída às mulheres, na principal atividade de qualquer mulher que não trabalha.

O que é importante ressaltar nestas considerações iniciais, uma vez que se voltará a insistir neste ponto no decorrer do trabalho, é que esta ideologia permeia de certa forma a orientação seguida por alguns levantamentos oficiais de força de trabalho, distorcendo seus resultados de modo a torná-los mais coerentes com os conceitos dominantes.

A introdução de mudanças tecnológicas decorrentes do processo de industrialização afeta o trabalho feminino, porque consiste também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Paralelamente ao desenvolvimento do processo de industrialização vai havendo uma contínua transferência da população engajada na agricultura para outros setores da economia. O nível de desenvolvimento atingido por um país é, freqüentemente, medido pelo número de pessoas que ainda se encontram trabalhando na agricultura.

Para perfeita compreensão das implicações que a constante redivisão social do trabalho acarreta para o trabalho da mulher, é preciso distinguir duas etapas neste processo: uma primeira, em que as atividades de subsistência dão lugar às manufaturas caseiras e ao pequeno comércio, e uma segunda, onde este tipo de atividade é substituído por empregos em fábricas modernas, grandes lojas e supermercados. Por outro lado, a migração do campo para a cidade significa também uma migração de ocupações agrícolas para ocupações não-agrícolas. Isto é, *desenvolvimento econômico pode ser entendido também como um movimento em direção a ocupações cada vez mais especializadas fora do âmbito doméstico*. Desta forma, se à mulher cabe o desempenho de atividades domésticas, sua maior ou menor participação em atividades não-domésticas está estreitamente relacionada às possibilidades que o sistema econômico oferece de conciliar atividades produtivas e atividades não-produtivas, isto é, no lar.

De maneira geral, em um país em desenvolvimento, espera-se que a evolução do nível de participação da mulher na força de trabalho atravesse três fases. Num primeiro momento, na abertura da industrialização, quando o número de pessoas empregadas na agricultura é ainda elevado e o número de empresas manufatureiras e comerciais limitadas à esfera doméstica ainda bastante significativa, o nível de integração da mulher na força de trabalho é elevado. Em um segundo momento, quando o desenvolvimento econômico induz um grande número de pessoas a sair do pequeno comércio e da fabricação caseira e há paralelamente uma migração de áreas rurais para áreas urbanas, a taxa de participação da mulher em atividades produtivas tende a cair. Em geral, concomitantemente aos mecanismos descritos, há um crescimento contínuo do emprego feminino no setor de serviços. Enquanto este setor não for suficientemente grande para cobrir a saída de mulheres dos outros setores, no entanto, a taxa de participação feminina na força de trabalho continuará a cair. A taxa de participação feminina em trabalhos fora da esfera doméstica voltará a crescer em um estágio bem mais avançado de desenvolvimento, exatamente pelo crescimento do emprego no setor de serviços.

Embora a primeira e a terceira fase signifiquem altas taxas de participação feminina, há diferenças fundamentais entre elas. Nos primeiros momentos do desenvolvimento, a taxa de participação da mulher na força de trabalho é alta, porque grande parte da produção desenvolve-se dentro dos limites domésticos, na terceira, porque o desenvolvimento das forças produtivas já atingiu um nível capaz de liberar a mulher dos trabalhos domésticos. Por outro lado, enquanto as atividades se limitam ao âmbito doméstico, elas são em geral manuais e não remuneradas, ao passo que nos estágios adiantados a atividade da mulher é predominantemente remunerada, exigindo sempre determinado grau de escolaridade e especialização.

Mesmo não estando entre os propósitos deste trabalho discutir o outro lado da problemática, o seu aspecto social, vale a pena lembrar que a inserção da mulher na força de trabalho de uma ou outra forma deve ter conseqüências para a condição social da mulher. Enquanto o trabalho da mulher se situa nos limites do âmbito doméstico, na grande maioria dos casos, ele é indispensável para a subsistência da família, não havendo por parte da mulher nenhuma necessidade de se realizar mediante o trabalho. No entanto, quando se exige alguma qualificação da mulher para exercer uma atividade, espera-se que haja maior identificação da mulher com a função que exerce. Que haja ou não uma estreita relação entre a liberdade atingida pelas mulheres e a participação em trabalhos remunerados é assunto já amplamente discutido. Em geral, utiliza-se como exemplo a Suécia onde, apesar de a mulher já ter alcançado grande liberdade, inclusive no que diz respeito à guarda dos filhos, a taxa de participação da mulher em trabalhos remunerados não é das mais altas.

Neste caso, mais decisivo que a liberação da mulher dos encargos domésticos é a capacidade de absorção de mão-de-obra do sistema. Parece-nos, entretanto, que a indentificação da mulher com a profissão torna-a pelo menos mais resistente às pressões que lhe impõem um status inferior na sociedade.

As considerações feitas até o momento fariam derivar o grau de participação da mulher na força de trabalho simplesmente do nível de desenvolvimento alcançado pelo país. Entretanto, a relação entre a etapa de desenvolvimento de um país e as taxas de ocupação da mulher está longe de ser simples, mostrando claramente a interferência de outros fatores. Ao que parece, aproveitando ainda da tradicional condição de dependência da mulher, em alguns momentos do processo de desenvolvimento, determinadas ocupações são redefinidas como sendo preferível ou exclusivamente femininas. Desta forma, o número de mulheres que trabalham, num país, pode variar em função da dinamização de um ou outro setor da economia considerado mais apropriado ao desempenho feminino. As indústrias têxteis, de vestuário e de produtos alimentícios, por exemplo, são indústrias que se caracterizam por uma grande absorção da mão-de-obra feminina. Da mesma forma, grande parte do contingente de mulheres que trabalha está empregada na prestação de serviços domésticos.

Nas atividades não manuais, que exigem alguma escolaridade, também há uma concentração de mulheres em algumas atividades. A maior parte delas está entre professoras, enfermeiras, comerciárias e serviços de escritório em geral.

Por outro lado, a atitude com relação à educação feminina também varia de uma para outra sociedade. Quando, no decorrer do processo de desenvolvimento, se abrem as possibilidades de a mulher participar em atividades não manuais, nos países em que há uma atitude favorável à educação feminina, a penetração das mulheres, assim como sua adaptação aos novos serviços, é bem mais rápida. No Brasil, pelo menos até o ensino médio, parece não haver discriminação com relação à educação feminina.

## **2. Evolução da estrutura de emprego no Brasil**

O primeiro plano deste trabalho foi verificar a evolução da estrutura de emprego feminino no Brasil.

Quando se objetiva estudar a evolução da relação entre mulher e trabalho em dado período histórico, a análise da evolução da estrutura de emprego é de grande utilidade. Ela permite determinar o grau de absorção de força de trabalho pelos diversos setores de produção. Desta forma localizam-se os setores que absorvem maior número de mulheres. Quando a análise é feita em um período relativamente longo, é possível verificar até que ponto as oscilações do nível de participação da mulher é resultante da maior ou menor significação que estes setores assumem no total da economia.

Entretanto, a grande vantagem deste tipo de análise consiste em poder determinar de que maneira as mudanças tecnológicas atuaram na economia e quais suas conseqüências sobre a divisão social e sexual do trabalho.